

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO
CURSO BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

JONATHAN FEITOSA DE SOUSA

A RELAÇÃO ESTADO BRASILEIRO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS: a dualidade
entre a fragilidade e a resistência-Um estudo com os Movimentos Sociais do Crato-CE

Juazeiro do Norte-CE
2019

JONATHAN FEITOSA DE SOUSA

A RELAÇÃO ESTADO BRASILEIRO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS: A dualidade entre a fragilidade e a resistência- Um estudo com os Movimentos Sociais do Crato-CE

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Banca Examinadora, como exigência para a obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, sob a orientação da Prof.^a Ms. Sheyla Alves Dias.

Juazeiro do Norte-CE
2019

JONATHAN FEITOSA DE SOUSA

A RELAÇÃO ESTADO BRASILEIRO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS: A dualidade entre a fragilidade e a resistência-Um estudo com os Movimentos Sociais do Crato-CE

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Banca Examinadora, como exigência para a obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, sob a orientação da Prof.^a Ms. Sheyla Alves Dias.

Apresentada em ___ / ___ / ____

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Ms. Sheyla Alves Dias.
Orientadora

Prof. Esp. Jácsa Vieira de Caldas.
1º Examinador

Prof. Jamille De Lima Vieira.
2º Examinador

Juazeiro do Norte-CE
2019

Dedico este trabalho a todas as pessoas que estão no asfalto protestando por uma educação de qualidade e uma sociedade mais justa.

AGRADECIMENTO

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me proporcionado a oportunidade de poder trilhar a vida acadêmica, onde os ensinamentos foram de grande valia tanto para vida profissional tão quanto para pessoal. A meu pai, minha mãe e irmãos que não mediram esforços para ajudar a concretizar esse sonho.

A professora e orientadora Sheyla Alves Dias, que é uma excelente profissional, e pode transmitir com muita clareza e sabedoria seus conhecimentos, e além disso passou apoio e dedicação durante o andamento dessa trajetória.

Aos meus mestres que colaboraram cada um de uma forma diferente para minha formação profissional, com ênfase em Jacsa Vieira de Caldas que além de professora foi minha supervisora de campo e compartilhou seus conhecimentos e amizade. A Jamille Vieira, pois, colaborou no início com ideias para o início dessa pesquisa.

A todos os amigos de sala, Luana, Mariana Bantim, Shakira, Jeyse, Fabio, Marcos, Eliza, Mariana Pianco, Karol, Gabi, Tacine, Maria, Eliza, Jessica, Kelly, enfim, todos que de forma direta ou indireta agregaram na minha formação. A dois amigos em especial, Naclecia Gonçalves Brasil e Rodolfo da Silva Brasil, que passamos por momentos ruins e bons, mas com tudo aprendemos o valor da amizade.

Não esquecendo de todos os familiares e amigos que contribuíram de forma positiva ou negativa na minha formação acadêmica, pois bem ou mal me fizeram um ser humano mais forte diante das adversidades.

Ao Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, por proporcionar toda uma estrutura para melhor bem-estar do discente, e pelos profissionais de alto nível. Por fim, muito obrigado.

“O que me preocupa não é o grito dos maus. É
o silêncio dos bons.”

Martin Luther King

RESUMO

O presente estudo objetivou analisar a relação de conflito entre Estado brasileiro e os Movimentos Sociais, com indicações sobre a particularidade no Município de Crato-CE. A literatura utilizada para a constituição desta pesquisa monográfica, parte da análise sobre a trajetória dos Movimentos Sociais que surgem da ação pública, cujo objetivo é a resistência por direitos que são negligenciados pelo capital em detrimento do trabalhador e conseqüentemente se dá a exclusão de grupos sociais que resistem dentro da sociedade capitalista. Para tanto, utilizamos como desenvolvimento do trabalho a pesquisa bibliográfica, explicativo, descritivo e de campo que possui caráter qualitativo, que foram entrevistados 05 (cinco) representantes dos Movimentos Sociais: Cáritas Diocesana do Crato, Movimento dos Trabalhadores Rurais, Movimento SCAN (Sociedade Cratense de Auxílio aos Necessitados), Associação Cristã de Base (ACB) e Comitê de Migração e Refugiados do Cariri, o tipo da entrevista foi não estruturada com finalidade de uma melhor apreensão da realidade social. Como principal resultado, percebeu-se que a cultura política brasileira está muito fragilizada, o que impossibilita ao cidadão uma reflexão da realidade para chegar em uma crítica e conseqüentemente resistir a quebra de direitos.

Palavras-chave: resistência.fragilidade.movimentos sociais.Estado

ABSTRACT

The present study aimed to analyze the relationship of conflict between the Brazilian State and the Social Movements, with indications on the particularity in the Municipality of Crato-CE. The literature used for the constitution of this monographic research, part of the analysis on the trajectory of Social Movements that arise from public action, whose objective is the resistance by rights that are neglected by the capital to the detriment of the worker and consequently the exclusion of social groups who resist within capitalist society. To that end, we used the bibliographical, explanatory, descriptive and field research that has a qualitative character, which were interviewed 05 (five) representatives of Social Movements: Diocesan Caritas of Crato, Rural Workers' Movement, SCAN Movement (ACB) and Cariri Migration and Refugees Committee, the type of interview was unstructured with a view to a better understanding of the social reality. As a main result, it was perceived that the Brazilian political culture is very fragile, which makes it impossible for the citizen to reflect on reality in order to arrive at a critique and, consequently, to resist the breach of rights.

Keywords: resistance. fragility social.movements.Estado

LISTA DE SIGLAS

ACB – Associação Cristã de Base

CUT – Central Única dos Trabalhadores

FHC – Fernando Henrique Cardoso

MPL – Movimento do Passe Livre

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NASS – Núcleo de Apoio do Serviço Social

ONG – Organização não Governamental

PT – Partido dos Trabalhadores

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNGATI – Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas

SCAN – Sociedade Cratense de Auxílio aos Necessitados

UNILEÃO – Centro Universitário Doutor Leão Sampaio

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Consciência Política da época	17
Figura 2: Eleições Diretas	20
Figura 3: Manifestação Diretas Já	20
Figura 4: Somos a Rede Social.....	33
Figura 5: Nós Lutamos!	33
Figura 6: Por uma Educação Viva	34

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I: CONTEXTUALIZANDO OS MOVIMENTOS SOCIAIS BRASILEIROS DO SÉCULO XX	13
1.1 OS MOVIMENTOS SOCIAIS INSERIDOS EM UM ESTADO DITATORIAL	15
1.2 A DIMINUIÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PÓS-CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E O ADVENTO DO NEOLIBERALISMO	21
CAPÍTULO II: OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	25
2.1 NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS E LUTAS NO CENÁRIO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO	25
2.2 AS NOVAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL/PAPEL DA MÍDIA E AS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS	30
CAPÍTULO III: A RELAÇÃO ESTADO E AS MOBILIZAÇÕES SOCIAIS: A DUALIDADE ENTRE A FRAGILIDADE E A RESISTÊNCIA	35
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE ESTÁGIO	35
3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E INSTRUMENTAIS DE COLETAS DE DADOS	36
3.3 ANÁLISE DA COLETA DE DADOS: O GRITO DE RESISTÊNCIA DIANTE DE UMA DEMOCRACIA FRAGILIZADA	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47
APÊNDICE (S)	51

INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais estabeleceram subsídios de alta relevância na narrativa brasileira, pois consagrou grandes conquistas no âmbito social, político e cultural. Eles surgem da ação pública, cujo objetivo é a luta por direitos que são negligenciados pelo capital em detrimento do trabalhador e conseqüentemente se dá a exclusão de grupos sociais e a discrepância de gênero e raça entre outros desarranjos.

Em presença de tal discussão, esse estudo se justifica, pois, proporcionara um contributo favorável para formação profissional do assistente social, pois Yamamoto (2008) vem expor que no âmbito acadêmico são produzidas poucas pesquisas sobre as organizações de lutas comparadas os diversos trabalhos relacionados a outras temáticas do Serviço Social. Então, a produção acadêmica desempenha indiscutivelmente forte contribuição para o desenvolvimento e afirmação da categoria.

Para uma melhor apropriação dos objetivos, foi utilizado no desenvolvimento do trabalho, método bibliográfico, descritivo, explicativo, e de campo. Trazendo uma abordagem qualitativa procurando entender a realidade social. Para tanto, foi utilizado artigos, livros e entrevista não estruturada com os cinco representantes dos Movimentos sociais de Crato-CE, a coletas de dados foi embasada na relação de conflito entre Estado brasileiro e Movimentos Sociais.

Expondo que no decorrer da análise da entrevista estes representantes entrevistados (as) foram identificados como H1, H2, H3 H4 e H5, pois o informado foi que seriam usados nomes fictícios para os pesquisados para garantir o sigilo e a privacidade dos mesmos, com caráter confidencial.

Esta pesquisa se dividiu em três capítulos, que no primeiro capítulo vem contextualizar os movimentos sociais brasileiros do século XX dando ênfase as organizações sociais inseridas em um contexto ditatorial, trazendo as principais lutas sociais da época como as (Diretas já) e como o governo ilegítimo reagia os tais movimentos. Posteriormente, trago o Movimento sem Terra, as conseqüências do neoliberalismo, e a diminuição dos movimentos sociais pós-Constituição Federal de 1988, evidenciando os reflexos da Constituinte, que ocasionou na institucionalização e burocratização dos movimentos.

Adiante, no segundo capítulo venho discutir os novos movimentos sociais e lutas no cenário brasileiro contemporâneo, que no decorrer das últimas décadas, presenciamos a

afluência de grupos e Movimentos Sociais que trouxeram em sua trajetória heterogeneia várias formas de organizações e resistência, que por sua vez, tem configurações distintas de demandas e motivações. Acarretando para o meio social contemporâneo diversas transformações no decorrer da história brasileira. Em meio a isto, discuto sobre os Movimento do Passe Livre, Black Bloc, indígenas entre outros. Em seguida exibo as novas formas de organização social/papel da mídia e as inovações tecnológicas.

No que tange o terceiro capítulo, neste foi feito a análise de coleta de dados embasados no objetivo da pesquisa, no que se refere compreender o Estado brasileiro e os Movimentos Sociais na relação de fragilidade e resistência.

CAPÍTULO I: CONTEXTUALIZANDO OS MOVIMENTOS SOCIAIS BRASILEIROS DO SÉCULO XX

Os movimentos sociais estabeleceram subsídios de alta relevância na narrativa brasileira, pois consagrou grandes conquistas no âmbito social, político e cultural. Eles surgem da ação pública, cujo objetivo é a luta por direitos que são negligenciados pelo capital em detrimento do trabalhador e conseqüentemente se dá a exclusão de grupos sociais e a discrepância de gênero e raça entre outros desarranjos. Em outra definição Gohn estabelece os movimentos sociais como:

Ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo (GOHN, 1995, p. 44).

Como expressou Gohn (1995), as mobilizações se concretizam por meio da aderência de um grupo de indivíduos, que se identificam com o mesmo propósito ou fins. Sendo assim, estes grupos se constituem conforme um projeto e uma ideologia em comum, para que possibilite propostas e objetivos relevantes para as organizações de lutas. Também é estabelecida uma hierarquia, que vai permitir uma estrutura de liderança.

Para Guimarães (2014), este breve esboço salienta que a dimensão histórica (materialismo histórico) e dialética (contradições sociais) que os avanços do mundo do trabalho

vêm a originar. Segundo Marx (2001) essas transformações repercutem na vida social de forma totalitária, que os fatos sociais (matéria) são concretos, reais e vivenciados pela sociedade, e principalmente gera a divisão social de classes (uma detentora de capital e outra que ao passar dos tempos torna-se cada vez mais alienada, sucateada e desestruturada), ou seja, percebe-se a contradição inerente ao Sistema Capitalista. Mais se sabe que por trabalho se entende a aplicação das faculdades mentais a fim de alcançar um determinado fim, porém junto a evolução do capital este perde sua essência e passa a ser uma mercadoria. Lukács vem expor:

Somente o trabalho, tem, como sua essência ontológica, um claro caráter intermediário: ele é essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (utensílio, matéria prima, objeto de trabalho, etc) como orgânica, inter-relação que pode até estar situada em pontos determinados do ser a que nos referimos, mas antes de mais nada a passagem, do homem que trabalha do ser meramente biológico ao ser social (LUKÁCS, 1986, p. 4).

O proletariado é inteiramente levado a produzir um produto que ele mesmo vai desconhecer fato este, que traz uma característica de exploração do modo de produção capitalista. Pois Marx (2001, p.570) vem afirmar que: “a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção exaurindo as fontes originais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador”. A concentração da riqueza socialmente produzida que a burguesia é a detentora, a qual vem refletir no ideário da classe trabalhadora que almejam através dos movimentos populares garantirem uma sociedade mais justa e igualitária.

Os movimentos de classe são pertinentes aos conflitos entre burguesia e proletariado que se mostra com interesses antagônicos e conflitantes entre si. Essa resistência da classe que vive do trabalho não está relacionada apenas no campo econômico, mas também são tomadas no âmbito político e ideológico.

Torna-se necessário expor que essas lutas estão abertamente baseadas no modo de produção capitalista, que quem tem só a sua força de trabalho é explorado e quem detém os meios de produção são os exploradores é nessa perspectiva que surge o protagonismo dos atores sociais que se manifestam como resistência da “questão social” que, segundo Iamamoto e Carvalho “não é senão as expressões do processo de formação de desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade. Exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado” (IAMAMOTO E CARVALHO, 2005, p. 77), desta forma já Cerqueira Filho traz o significado de “Questão Social” com outra roupagem:

(...) conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no mundo no curso da constituição da sociedade capitalista e está profundamente vinculada ao conflito entre capital e trabalho, sendo uma das

manifestações mais concretas do processo de acumulação do capital, cujas consequências são o crescimento das condições de pobreza e a promoção da exclusão em larga escala. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição de classes (CERQUEIRA FILHO, 1982, p. 21).

Com isso, fica claro que a “Questão Social” pode ser entendida dessa forma, a contradição entre capital e trabalho, ou como salienta Iamamoto (1999), contradição entre abençoados e desabençoados.

Ademais, que as lutas de classes e lutas sociais tenham uma interligação, elas apresentam uma distinção em seu cerne, as lutas sociais são manifestações específicas das lutas de classe, pois as lutas de classe são perceptíveis no sistema, problemas específicos de manifestações pelas expressões da questão social que solicitam uma resposta imediata, aonde os sujeitos vão manifestar-se por igualdade, sejam elas de raça, gênero ou pela criação de políticas sociais de bem comum.

1.1 OS MOVIMENTOS SOCIAIS INSERIDOS EM UM ESTADO DITATORIAL

Diante de tal panorama que se originou o golpe militar de 1964 a 1985 que começou a se forma, nos contextos de 1950 e 1960, pois, com o crescimento das pressões sociais e o aparecimento de outras formas de lutas sociais. Contudo, as disputas por poder e a condição política, resultou em perturbações sociais generalizadas. No entanto, com o aumento da população urbana ocasionada pelo êxodo rural, o déficit orçamentário, endividamento externo, inflação crescente, entre outros, que consequentemente se estabelece uma onda de mobilizações sociais.

Posteriormente, o presidente Jânio Quadros renuncia em 25 de agosto de 1961, que possibilitou que João Goulart assume-se a presidência, mas com um clima político adverso. Nesse contexto, o governo de João Goulart tinha como ideologia para o seu governo a promoção da justiça social e da soberania nacional. Tinha como política, a defesa dos direitos trabalhistas e amparo as reformas de base- educacional, tributária, agrária, urbana e eleitoral- o mesmo queria a independência nas relações exteriores, que veio a mexer com os interesses da grande burguesia brasileira e internacional.

Então, no dia 31 de março de 1964, o Golpe Militar é instaurado contra o governo validamente instalado por João Goulart, ponto fim ao governo do então Presidente. O sistema ditatorial tinha como propósito eliminar o governo populista e o comunismo que ganhava força no País, para posteriormente transforma o mesmo em uma grande potência econômica.

Os militares, associados aos interesses da grande burguesia nacional e internacional, incentivados e respaldados pelo governo norte-americano, justificaram o golpe como defesa da ordem e das instituições contra o perigo comunista. Na realidade, o acirramento da luta de classes estava no centro do conflito. O golpe foi uma reação das classes dominantes ao crescimento dos movimentos sociais, mesmo tendo estes um caráter predominante nacional reformista (HABERT, 1996, p. 8).

A adesão da grande autocracia burguesa brasileira e internacional, como apoio da imprensa foi de extrema importância para a consolidação da Ditadura. O golpe não foi nada mais que a resistência do capitalismo para com as probabilidades de reformas e avanços sociais. A ditadura nos seus 21 anos de repressão ao povo brasileiro passou por 5 governos, Governo Castello Branco (1964-1967), Costa e Silva (1967-1969), Governo da junta militar (31/8/1969 - 30/10/1969), Governo Médici (1969-1974), Governo Geisel (1974-1979) e por último o Governo Figueiredo (1979-1985).

O primeiro governo golpista ficou a cargo do marechal Humberto Alencar Castelo Branco de (1964 a 1967) como já foi exposto, que o mesmo deu início a promulgação dos Atos Institucionais.

Com a promulgação da Constituição de 1967, através do artigo 74, deu corpo ao colégio eleitoral, que o presidente da República passou a ser escolhido com o voto do mesmo. Era composto pelos delegados indicados pelas assembleias legislativas dos Estados e membros do congresso.

Um dos atos institucional mais severos foi o de nº5, AI-5, regulamentado em 13 de dezembro de 1968, no governo do general Costa e Silva, esse ato foi um dos mais rigorosos desse contexto, pois aumentou a repressão militar e policial, aposentou juízes, revogou com as garantias de habeas corpus, entre outras ações arbitrárias. Nesse viés, o ato dava poder absoluto a generais, abrindo um capítulo de maior tensão na narrativa brasileira. A adesão dos sujeitos sociais na linha de frente dos movimentos de lutas, tinha como consequências a repressão, tortura, exílio e em muitos casos a morte.

Um dos protagonistas desse período que se rebelava contra o antagonismo da Ditadura, eram os estudantes, os mesmos se reuniam no restaurante estudantil carioca, conhecido como “Calabouço”, onde o mesmo era símbolo de luta pela juventude brasileira.

Em 28 de março de 1968, a polícia invadiu o restaurante Calabouço, gerando o primeiro grande conflito de rua daquele ano. Vários estudantes ficaram feridos e foi morto o secundarista Edson Luís de Lima Souto, cujo corpo foi levado para a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Passeatas de protesto espalharam-se pelo resto do país onde, em Goiânia, a repressão policial matou mais um estudante (ANTUNES e RIDENTI, 2007, p.81).

O assassinato do jovem estudante repercutiu em diversos movimentos que se estouraram nos anos posteriores. Mais ainda em 1968, mais precisamente em 26 de julho, quando 100 mil manifestantes de todas as classes sociais: sindicalistas, freiras, artistas, donas de casa, intelectuais, entre outros, saíram as ruas contra o sistema ditatorial. Que tinha com grito “Abaixo a Ditadura Militar”, que foi o principal grito a qual ilustrava as bandeiras do movimento que ficou intitulado como “passeata dos cem mil” que foi concretizada na Cinelândia, Rio de Janeiro. Então o governo se viu intimidado com o tamanho do número de manifestante e recuo, não havendo repressão (MORAES, 2014, p. 94). A figura abaixo vem ilustrar a consciência política da época:

Figura 1: Consciência Política da época



Fonte: Google imagens, 2017¹

As mobilizações dos operários, que se modificou para movimentos públicos: um em Contagem (MG) e o outro em Osasco (SP). Ricardo Antunes e Marcelo Ridenti (2007) vem expor: essas mobilizações dos trabalhadores, foi a primeira resposta da categoria contra a Ditadura. Por outro lado, os ditadores reagiram desencadeando uma forte repressão. Antunes vem reafirmar: “A repressão ao movimento operário e sindical era condição necessária para que o golpe militar de 1964 pudesse criar novos condicionantes para a expansão capitalista e sua maior internacionalização no Brasil” (ANTUNES e RIDENTI, 2007, p. 85).

¹ https://www.google.com/search?q=fotos+dos+movimentos+da+ditadura+militar&rlz=1C1CHBD_pt-PTBR832BR832&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjnuLu77LhAhWxY98KHW4pDg0Q_AUIDigB&biw=1366&bih=657#imgrc=8ODCwIEGxG12SM: <Acesso em 10 de marco de 2019 as 14h30min>

A partir de então, em meio a fragilidade de um sistema autoritário os movimentos sociais brasileiros tentam resistir, e ganham força através do movimento sindical e as organizações estudantis, com essa efervescência surgiram “novos movimentos” (ecológicos, étnicos, gêneros...). Essa conjuntura foi uma das mais importantes do Brasil, no que diz respeito às lutas populares organizadas. Este governo golpista que se utilizaram da repressão e censura para acabar com os direitos sociais que foram conquistados através da resistência. É bom salientar que nesse período a população que vive do trabalho vivenciou a inflação, o arrocho salarial, péssimas condições de trabalho e de vida.

No entanto, as previsões de forma rápida não conseguem esclarecer o surgimento dessas manifestações que ocorriam. Então procuravam formas nas quais assegurassem uma maior elaboração em relação à atuação dos movimentos populares, visto que, estas mudanças causam o fortalecimento da sociedade civil em meio aos seus direitos políticos e sociais.

Em meio a esta conjuntura, é bom salientar sobre o processo das greves operárias de 1978-79. É seguro afirmar que o movimento operário se desenvolve desde que o Geisel se torna o governante, que tal movimento desvincula do sindicalismo atrelado ao Estado populista desde a década de 1930. Nos últimos anos da década de 1970, é originado um novo movimento sindical, o chamado “Novo Sindicalismo” foi apontado nos anos de 1978 a 1980, o que tem como resultado na Central Única dos trabalhadores (CUT). Antunes vem ressaltar:

[...] fundada em 1983 e inspirada, na origem, num sindicalismo classista, autônomo e independente do Estado. Herdeira das lutas sociais e operárias das décadas anteriores, especialmente dos anos 4 de 1970; a CUT resultou da confluência entre o novo sindicalismo nascido no interior da estrutura sindical daquele período (do qual o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo era exemplo) e o movimento das oposições sindicais (de quem foram exemplos o Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo – MOMSP - e oposição Metalúrgica de Campinas) que atuavam fora da estrutura sindical oficial e combatiam seu sentido estatal, subordinado, atrelado e verticalizado (ANTUNES, 2007, p. 293).

É importante destacar que a população nesta época estava completamente alimentada por um ideal de participação democrática, e com este novo sindicalismo facilitou a mobilização do operariado e ajudou a recompor sua identidade de classe. Em pouco tempo, a greve é assumida por diferentes atores sociais e tornam como algo mais amplo e significativo, como uma expressão de luta pela democracia.

É oportuno argumentar que neste contexto de conquistas surgem novas identidades coletivas, pois não existia apenas o movimento operário em questão. Nesse aspecto, as

diferentes lutas, eram traços de instrução política na esfera social, encontrados em um cenário de ebulção política tanto na cidade.

Sem dúvida, a participação de milhares de pessoas até então excluídas de qualquer forma de identidade ou cidadania, através de movimentos sociais, [...] contribuiu para alargar a vida democrática local e para construir uma nova identidade para aquelas pessoas: a de cidadãos com direitos (GOHN, 2000, p. 155).

É necessário frisar que apesar dos grandes avanços com o novo sindicalismo, principalmente na conquista salarial e nos direitos da organização de trabalho, continuaram com a estrutura sindical corporativa, ou seja a unicidade do trabalho foi um dos traços que continuaram no movimento, que foram extintos apenas em 1998.

Para fechar o ciclo da Ditadura Militar, e preciso expor a campanha das “Diretas Já” que teve início dia 15/06/1983, lançada oficialmente pelo PMDB, em Goiana/GO, aonde estabeleceu o primeiro comício, que contou com a presença de 5.000 mil pessoas. O movimento foi instalado de forma cuidadosa e controlada. Conforme Domingos Leonelli e Dante de Oliveira:

Muitas das ideias [sic] propostas pela Comissão encarregada de estabelecer as diretrizes do movimento não haviam sido totalmente implementadas. A campanha começava sem que a direção partidária tivesse realizado uma articulação mais profunda com associações, sindicatos e outros setores representativos da sociedade, cujo apoio era imprescindível. Havia também um certo descontentamento pela escolha de Goiânia para o lançamento da campanha. Muitos achavam que o marco inicial deveria ser um discurso de Ulysses na tribuna da Câmara, pela repercussão que os pronunciamentos em Brasília conseguiam nos meios de comunicação (LEONELLI; OLIVEIRA, 2004, p. 165).

Todavia, o primeiro comício para derrocada da ditadura militar ganha visibilidade, ocorrendo vários outros, dando força as passeatas em todo País, tendo uma maior integração das inúmeros organizações de oposição, partidos políticos e parte da sociedade. Esse processo estava de uma forma surpreendente sendo vastamente coberta pela grande mídia, que por sua vez, mostrou as alterações que se encontravam no julgamento público, e influencia-los.

Em 1984, a campanha das diretas já, tinha tomado as ruas e o conhecimento de milhões de pessoas para aprovação da emenda Dante de oliveira que garantia eleições diretas para presidente e punha fim ao sistema ditatorial, onde a euforia nas principais capitais do Brasil era gigantesca. Como é retratada as imagens a seguir:

Figura 2: Eleições Diretas



Fonte: Google Imagens, 2017²

Figura 3: Manifestação Diretas Já



Fonte: Google Imagens, 2017³

²Disponível

em: https://www.google.com/search?rlz=1C1CHBD_ptPTBR832BR832&biw=1366&bih=657&tbm=isch&sa=1&ei=em6JXKnVINOx5OUPt_CH2AM&q=imagens+das+capitais+brasileiras+no+dia+25+de+abril+de+1985+ditadura&oq=imagens+das+capitais+brasileiras+no+dia+25+de+abril+de+1985+ditadura&gs_l=img.3...32741.38699..39905...0.0..0.182.2631.0j17.....0....1..gws-wiz-img.9T5BPiQ1-M0#imgrc=PCHiWtj5PzU4tM <Acesso em: 12 de março de 2019 as 17H21min>

³https://www.google.com/search?rlz=1C1CHBD_ptPTBR832BR832&biw=1366&bih=657&tbm=isch&sa=1&ei=em6JXKnVINOx5OUPt_CH2AM&q=imagens+das+capitais+brasileiras+no+dia+25+de+abril+de+1985+ditadura&oq=imagens+das+capitais+brasileiras+no+dia+25+de+abril+de+1985+ditadura&gs_l=img.3...32741.38699..39905...0.0..0.182.2631.0j17.....0....1..gws-wiz-img.9T5BPiQ1-M0#imgrc=PCHiWtj5PzU4tM <Acesso em: 12 de março de 2019 as 17h5min>

A multidão clamava pela democracia e um País sem repressão. Entretanto, a emenda foi rejeitada no dia 25 de abril de 1984 pela câmara dos deputados. Diante de muitos dilemas, a ditadura só chega ao fim no ano seguinte com a vitória de Tancredo Neves e Jose Sarney para presidente e vice, respectivamente, em janeiro de 1985.

1.2 A DIMINUIÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PÓS-CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E O ADVENTO DO NEOLIBERALISMO

Ademais, a compreensão entre Estado e sociedade nas novas relações no contexto de pós-constituente, estava em certo grau, carregada de expectativas com a nova constituição, que representou um novo marco jurídico, que por sua vez vinha exprimir anseios de uma nova sociedade democrática.

A Constituinte de 1988 que foi consagrada no período da redemocratização, possibilitando mais liberdade as mobilizações sindicais, excluído códigos como a necessidade de ordem do Ministério do Trabalho para o funcionamento de um sindicato, e permitiu a sindicalização dos servidores públicos.

Nos anos de 1990, a sociedade civil brasileira entraria num contexto de extrema mudança. Que expressa um efeito negativo em cima da capacidade de mobilização da classe que vive do trabalho, pois em tempos de crise, o receio a demissões é um obstáculo nos movimentos sindicais. Nesse viés, o sindicalismo não ficaria de fora desse impacto, diante das mudanças no mundo do trabalho proporcionada pelo neoliberalismo, onde o mesmo traz o máximo para o capital e o mínimo para o social.

Não obstante, Fernando Collor foi o primeiro presidente eleito democraticamente, mas ao longo do tempo foi perdendo prestígio e credibilidade popular, pois, com os intensos escândalos de corrupção no seu governo, que conseqüentemente levou a população para ruas, em sua grande maioria jovens estudantes, que consagrou uma das maiores mobilizações do País, que ficou conhecida historicamente como “os caras pintadas”, e culminando na derrocada do Presidente.

Os Movimentos Sociais mais resistentes dessa época foi o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Segundo Fernandes (1994, p. 57) emergiu dentre os anos de 1978 e 1988. Em uma conjuntura em que se buscava a ruptura de um Estado ditatorial e a população clamavam pela democracia. Movimento este que tem como objetivo a reforma agrária, que durante este período de repressão, determinou o primeiro encontro Nacional de movimentos, que foi realizado em 1984, tinha como objeto primordial a luta pela terra. Para

Fernandes (1994, p. 70), esse encontro representou “(...) a fundação e a organização de um movimento de camponeses sem terra, em nível nacional, que iria se articular para lutar por terra e pela reforma agrária”. Enfatizando que neste momento que o MST nasce, com articulação de vários movimentos.

Na constituição de 1988, a reforma agrária fora aprovada, embora tenha sofrido intenso golpe por parte da bancada ruralista. Entretanto, a mesma precisava de Lei complementar para sua concretização. Onde só veio acontecer em 1993, com aprovação da Lei 8629, a partir de então, passou a haver regulamentação para desapropriação de terras. Contudo, ainda que a tenha sido concretizada, o ruralista obtém formas de impedir a desapropriação.

A diante, mais precisamente em (1995) é realizado terceiro congresso Nacional, trazendo uma nova elaboração de suas finalidades. Tinha como voz: “Reforma Agrária, uma luta de todos”. Que estava amparado em trazer 5 eixos: revelar a reforma agrária para opinião pública; expor as reivindicações para o governo; decidir as caracterizas de atuação; estabelecer um ambiente de formação política e ter um ambiente de troca de ideias entre a militância.

Com tudo, de forma a sintetizar a análise desse Movimento, repleto de obstáculos estabelecidos pelo governo FHC em consolidar a reforma agrária e o Movimento Sem Terra (MST) em colocar sua resistência as medidas tomadas pelo governo.

O protagonismo dos autores sociais no Brasil, a partir da conjuntura da década de 1990 começou a perder visibilidade no cenário político, segundo Gonh, vem retratar isso como a crise das mobilizações sociais. Pois com a consolidação da Constituição Federal de 1988, que acarreta na institucionalização e burocratização dos Movimentos Sociais e a criação de assessorias, que vem possibilitar dentre a inserção das mais variadas modalidades de conselhos participativos que a constituição possibilitou. Porém, as diminuições dos movimentos populares seguem determinantes externos, como a crise do trabalho ou a crise econômica, não obstante das políticas neoliberais, etc.

Considerando o contexto histórico político, pois os movimentos sociais surgem de uma fragilidade social e se mantem por resistência. A ação direta dos sujeitos sociais, em forma de protestos e passeatas, perdeu visivelmente sua força, pois a participação se daria pela representação política, uma vez que as mobilizações populares já estavam superadas: nesse contexto, satisfaria agir no campo institucional (GOHN, 2006).

Entretanto, é preciso salientar, na medida em que os movimentos sociais urbanos enfraqueciam suas manifestações públicas na conjuntura de 1990, por outro lado se fortaleciam

os Movimentos Sem-Terra (MST), Negros e Indígenas (GOHN, 2005), os movimentos sociais nessa conjuntura ganham uma nova aparência, segundo se faz em duas direções:

Em primeiro lugar, deslocando-se o eixo das reivindicações do plano econômico – em termos de infra-estrutura básica para o consumo coletivo – para o suporte mínimo de mercadorias para o consumo individual, em termos de comida. Retomasse a questão dos direitos sociais tradicionais, nunca antes resolvidas no país. Em segundo lugar, o plano da moral ganha destaque como eixo articulatório das lutas sociais. Os movimentos dão lugar a lutas cívicas, verdadeiras cruzadas nacionais em que há articulações difusas em termos de classes sociais, interesses locais e nacionais, espaços públicos e privados (GOHN, 1997, p. 34).

Neste caso podemos visualizar que os Movimentos Sociais saem de uma postura infra-estrutura para se deslocar para extra-estrutural, nesse viés surgem os novos movimentos de lutas, que vem expor Gohn (1997). Nessa perspectiva surgem novos sujeitos políticos a fim de reafirma as políticas sociais que vão transitar para novas propostas dos movimentos sociais, desta forma:

Algumas entidades de apoio aos movimentos até fecharam suas portas, outras fizeram enxugamentos em termos de regiões de atuação, se fundiram com outras, ou ainda deslocaram suas áreas de atuação para setores específicos, dentro do leque dos programas institucionalizados, governamentais ou de apoio advindo da cooperação internacional. Novas pautas foram introduzidas tais como a de se trabalhar com os excluídos sobre questões de gênero, etnia, idade etc. As dificuldades de apoios para manter estruturas mínimas, ou a necessidade de re-orientar suas ações em função de novas diretrizes e regras da cooperação internacional, não deixavam sobra de tempo para as lideranças se articularem com a população. [...] muitos movimentos se transformaram em ONGs ou se incorporaram às ONGs que já os apoiavam. A atuação por projetos exige resultados e tem prazos. Criou-se uma nova gramática na qual a ideia de mobilizar deixou de ser para o desenvolvimento de uma consciência crítica ou para protestar nas ruas. Mobilizar passou a ser sinônimo de arregimentar e organizar a população para participar de programas de projetos sociais, a maioria dos quais já vinha totalmente pronta e atendia a pequenas parcelas da população. O militante foi se transformando no ativista organizador das clientelas usuárias dos serviços sociais (GOHN, 2005, p. 81-83).

Todavia, como vimos no contexto anterior o princípio fundamental era a autonomia, já pós-Constituição Federal de 1988 é substituído pela cidadania, trazendo uma concepção que os sujeitos sociais têm direitos e deveres.

O quadro sócio histórico pós-Constituição, se dá com a reestruturação produtiva e a implementação do neoliberalismo e efeitos da globalização que se situa em um contexto de crise. Com isso o Estado fecha as portas para negociação, pois o que é requerido não se enquadra ao novo sistema de acumulação de capital. O sistema vigente se vê então colocado em uma circunstância de defesa interna do capital ou de sua força (FALEIROS, 1985).

Soares (2001, p.154) vem reafirmar, que a implementação do neoliberalismo no Brasil, foi retardatária, pois se deu devido ao agravamento da crise econômica dos anos de 1989-1990.

(...) neoliberalismo não é meramente uma questão de mudança de governo, mas de alteração de forma de Estado político. Ou seja, o que se constituiu no Brasil no decorrer da década de 1990, a partir das reformas estruturais do Estado brasileiro, via privatização de setores estratégicos da economia brasileira, perda da capacidade estatal de controle de fluxos financeiros, abertura comercial e deterioração da capacidade de investimento público por conta do garrote financeiro imposto pela alucinada de superávit primário, foi uma nova forma de Estado capitalista no país: um Estado neoliberal, adequado à nova forma de inserção subalterna do Brasil no sistema mundial do capital (ALVES, 2006, p.461-462).

Dessa forma, o neoliberalismo tem como propósito um Estado Mínimo, ou seja, descentralizado, privatizado e focalização. Com o advento do Estado neoliberal, as mazelas sociais tendem-se a se naturalizar, conseqüentemente as políticas públicas passam a ser focalizadas e seletivas, atendendo exclusivamente a minoria mais pobre, deixando a outra parcela da população à mercê da mercantilização das políticas sociais, como expressa Soares:

(...) a saúde, a educação, a alimentação, o trabalho, os salários perdem a sua condição de direitos – constitutivos de sujeitos coletivos – e passam a ser recursos (ou mercadorias) regulados unicamente pelo mercado. O não acesso a eles deixa de ser um problema do Estado, tornando-se um problema a ser resolvido no âmbito do privado (SOARES, 2002, p.73).

Então com o total descaso do Estado em fornecer políticas públicas amplas para sociedade civil, vem surgir instituições denominadas de Terceiro Setor as ONGs (organizações não governamentais) que não tem a finalidade de fins lucrativos, sendo instituições “independentes” do Estado de caráter assistencialista e filantrópico, ou seja, as velhas práticas retomam o presente.

Partindo desta lógica, Viriato (2004, p. 06) vem expor:

[...] por trás da transferência de responsabilidade está o esvaziamento dos direitos dos cidadãos; a criação da cultura da responsabilização do indivíduo por sua situação ou condição social, e uma nova forma de enfrentar os problemas: a solidariedade e o voluntariado, ou seja, o processo de redefinição do espaço público estatal e sua ‘publicização’ ganham sustentação com o denominado terceiro setor (VIRIATO, 2004, p. 6).

E a autora vem reforçar:

Terceiro setor consiste em uma forma jurídica de substituir as políticas públicas, atendendo, assim, a consolidação do público não estatal, a efetivação da denominada

‘publicização’, ou seja, sutilmente, transfere-se da lógica do público estatal para o público não estatal (VIRIATO, 2004, p. 09).

É nesse viés, que diminuem a atuação do Estado como intermediador dos conflitos sociais, ocasionando na descentralização do poder. Trazendo para a sociedade a responsabilidade de combater as mazelas sociais. Entretanto, o Estado permanece sendo fiscalizador e mediador das agitações sociais, promovendo as políticas sociais com o amparo do terceiro setor.

CAPÍTULO II: OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Em um contexto contemporâneo, diante de grandes mudanças no âmbito social, cultural, político e econômico, analisar a relação de conflito entre Estado brasileiro e Movimentos Sociais de forma consciente, parece inviável. Porém reivindicações e lutas por fragilidades sempre existiram na sociedade capitalista, pois o Estado está constantemente se eximindo das suas reponsabilidades para com a sociedade civil.

2.1 NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS E LUTAS NO CENÁRIO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO

No decorrer das últimas décadas, presenciamos a afluência de grupos e movimentos sociais que trouxeram em sua trajetória heterogenia várias formas de organizações e resistência, que por sua vez, tem configurações distintas de demandas e motivações. Acarretando para o meio social contemporâneo diversas transformações no decorrer da história brasileira.

Conjectura-se, que os novos movimentos sociais vêm questionar a possibilidade da revolução que se espelha no marxismo. Onde busca transformações culturais ao invés de uma mudança revolucionaria, que por sua vez daria origem a uma sociedade sem sobreposição de classes.

Desde o marxismo, interpretava-se os movimentos sociais com expectativas e reservas: por um lado, como fenômeno coletivo para impedir o colapso do capitalismo e, por outro lado, como fenômeno de mobilização, tendo em vista sua substituição pelo socialismo. Para os marxistas, os movimentos sociais são expressões coletivas de descontentamento social e de transformação social. (VIDAL, 1997, apud SILVA, 2001, p.17).

Os novos Movimentos de lutas, conforme Gohn, compreendem-se as organizações de lutas dos negros, mulheres, ecológicos, movimento sem terras dentre outros. Que os mesmos citados sinalizam um distanciamento em analogia ao caráter tradicional que se estabelece nos movimentos dos trabalhadores e sindicais em meio ao mundo do trabalho (Gohn, 2007).

Os novos movimentos sociais são alvo de vários autores que se debruçam para caracterizar o que os definem, como sua forma de resistência, mobilização e sua metodologia de ação.

Existem cinco características gerais básicas dos NMS (novos movimentos sociais). A primeira é a construção de um modelo teórico baseado na cultura. Os teóricos dos NMS negaram a visão funcionalista da cultura como um conjunto fixo e predeterminado de normas e valores herdados do passado, sabendo que no paradigma marxista o conceito de ideologia está intimamente ligado ao de consciência de classe. Como a categoria da consciência de classe não tem relevância no paradigma dos NMS, mas apenas a das ideologias, atuando no campo da cultura. Concluímos que a categoria da cultura foi apropriada e transformada no decorrer de sua utilização pelo paradigma dos NMS' (GOHN, 1997, p. 121).

Em um período de muitas transformações, Gohn vem assinalar a negação do marxismo, pois a ação dos novos movimentos é mais vasta do que o marco teórico e capaz de explicar. De acordo com ela, “o marxismo foi descartado porque trata da ação coletiva apenas no nível das estruturas, da ação das classes, trabalhando num universo de questões que prioriza as determinações macro da sociedade” (GOHN, 1997, p. 122).

Ademais, os novos movimentos se diferenciam dos movimentos sociais clássicos com a redefinição da política, que por sua vez deixa de ser um nível numa escala em que há hierarquia e determinações e se estabelece em uma dimensão da vida social, abarcando todos da sociedade civil.

As discursões marxistas sobre os movimentos sociais, que vem apontar principalmente a espontaneidades das massas e suas ações criadoras, no intuito de superar o capitalismo. A autora vem salientar, “a evolução é vista como um processo relativo à consciência dos homens é o produto de suas experiências, surge em função delas e atua como sua força integradora, age em defesa e transmutação dessas mesmas experiências e fiel ao marxismo humanista e libertário” (GOHN, 1997, p.182).

Citando novamente os Movimento Sem Terras (MST) neste trabalho, mas agora em um contexto contemporâneo, que por sua vez, o Partido dos Trabalhadores (PT) entra no cenário político em 2003 como governante do País, salientando que é o mesmo partido que apoia o MST, trazendo uma nova roupagem na política, Carvalho vem expor:

(...) após a posse do Governo Lula, em janeiro de 2003, já na dinâmica de concretização das ideias e práticas do neoliberalismo, ocorreram contextos políticos onde a agenda política nacional proporcionou oportunidade para se sugerir mudanças na estrutura fundiária brasileira, ainda que a correlação de forças econômicas não sinalizasse para tal. Assim, tanto a elaboração de anteprojeto do I Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República (I PNRA) em 1985, como a apresentação da Proposta de PNRA para o Governo Lula em outubro de 2003, continham estratégias de ação para a concretização de mudanças da estrutura fundiária brasileira, ainda que conservadoras, mas capazes de desencadear, se implantadas, um ambiente favorável à consecução de uma reforma agrária de interesse popular (CARVALHO, 2004, p. 114).

Nessa perspectiva, o partido dos trabalhadores atrela a política neoliberal com o desenvolvimento econômico através do Programa de Aceleração do Crescimento, que por sua vez, vem apoiar o agronegócio brasileiro e efetivar políticas de amparo social, como é o caso o Programa Fome Zero e o Programa Bolsa Família, que vem fornecer subsídios para comercialização da agricultura familiar, o que vem acarretar na diminuição das famílias assentadas a partir de 2006.

Outro movimento relevante da narrativa contemporânea que teve início em junho de 2013, que tinha como estopim o direito a um transporte coletivo acessível e de qualidade. O movimento início com algumas centenas de pessoas nas ruas, em pouco tempo ganhou proporções grandiosas, levando milhares às ruas das cidades brasileiras demonstrando seu descontentamento com a política do atual governo, que ficou conhecido como o Movimento do Passe Livre (MPL).

É importante salientar que o MPL não surgiu nessas manifestações mais sim em outro momento. No aspecto ideológico, que o mesmo se vê como: “um movimento que se situa em um campo à esquerda da sociedade, na medida em que propõe uma transformação social e uma construção mais igualitária entre as pessoas [...] o movimento não se define como socialista. Dentro do movimento tem pessoas que se identificam com diversas ideologias, mas é um movimento que busca uma transformação radical da sociedade” (OLIVEIRA, 2013, p.4).

Perante a isto, a resistência se estourou naquele contexto contra as negligências do Estado. Os sujeitos sociais gritavam nas mobilizações ecoando a seguinte frase “O gigante acordou”. Otávio Luiz narrou bem à conjuntura brasileira de 2013.

O descontentamento com os vinte centavos se tornou o descontentamento com o próprio sistema político, e as vozes agora bradam contra a má qualidade do transporte público, contra a falta de saúde e educação, contra os gastos alocados com a Copa do Mundo, contra a corrupção... toda frustração com o governo brasileiro se tornou latente, e toda pessoa que agora sai às ruas luta por sua própria causa. As manifestações estão explodindo em tamanho, em causas e em esperanças pela imagem de um país sendo mobilizado (PINTO, 2013, p. 157).

Entretanto, as mobilizações iniciaram pelo aumento da tarifa de transporte coletivo, mas com o decorrer do tempo ganham outras finalidades, como melhorias na Educação e Saúde. Envolvendo várias organizações sociais, de pobres a ricos, de trabalhadores a estudantes, de idosos a jovens, ou seja, várias categorias da sociedade.

A corrupção também entrar na pauta das organizações sociais, uma vez que, os enormes gastos com os eventos esportivos (copa do mundo e confederações) estavam acarretando na crítica, pois, a população alegava que o capital investido em estádios faraônicos poderia ter sido revertido na melhoria e construção de hospitais, escolas, serviços públicos entre outros.

Segundo Peruzzo (2013, p 75), as convocações pelo movimento do Passe Livre chegam ao fim em São Paulo em 21 de junho, entretanto, nos meses de junho e julho, os movimentos continuavam “[...] mesmo com menor participação, talvez pela alteração de perspectiva em decorrência da interferência de grupos de ação direta violenta (presença do Black Bloc). A partir de agosto verificaram-se protestos mais esporádicos e com temas específicos, principalmente, no Rio de Janeiro”. O movimento Black Bloc composto por sujeitos com objetivos anarquistas e que cultivam a violência ou desobediência social. Eles usam como artifício para não serem capturados pelas autoridades, o uso de roupas pretas e o rosto coberto nas passeatas.

Contudo, a organização Black Bloc (Bloco Negro) entre seus desarranjos, está a destruição e o vandalismo de (lojas e bancos, por exemplo) configurando uma forma de protesto e perfazendo uma estratégia anticapitalista.

Neste trabalho não poderia estar alheia a uma realidade tão complexa e contraditória que é o movimento indígena. Em princípio, conjectura-se que o protagonismo indígena no Brasil se dá em meados dos anos 1970, pois foi onde a consciência coletiva de inúmeros povos indígenas começou a tomar corpo, constituindo os movimentos sociais organizados, com propósitos e objetivos comuns. Entretanto, não se quer apagar toda a historicidade indígena de lutas e resistência, ao contrário, notou-se a importância da década de 1970, pois foi onde ouvi consciência para luta social.

Os movimentos indígenas, que se organizam pela força de uma identidade étnica e resistência contra o colonialismo, a expropriação e o racismo. Tudo isso para conquistar o reconhecimento de seus valores, suas tradições, e até mesmo a conservação do seu território que vive sob constante aviso de invasão.

No entanto, com a obrigatoriedade da representação e participação dos povos indígenas no autogoverno, se deu o aumento admiravelmente das associações indígenas como meio de comunicação para com o Estado e conseqüentemente com as políticas das organizações indígenas.

No mandato da presidente Dilma Rousseff, mais precisamente em 5 de junho de 2012, que através do decreto nº 7.747 a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), lança um programa que tem a participação do Ministério do Meio Ambiente, a Fundação Nacional do Índio e representantes indígenas e do Ministério da Justiça. O programa engloba o amparo ambiental e territorial dos territórios indígenas e áreas de conservação ambiental.

Outro movimento muito relevante da narrativa brasileira e mostra bem a relação de conflito entre Estado e movimentos sociais, aconteceu recentemente em 21 de maio de 2018 que ganhou o nome de greve dos caminhoneiros. Que tinha como reivindicação a redução da carga tributária sobre o diesel, pois o mesmo em ano subiu 50%, diante disso os ativistas alegavam que a carga tributária mínima melhora o setor, pois o diesel representava 42% do custo do frete.

A paralização perdurou por 10 dias, trazendo consequências devastadoras no abastecimento do Brasil, por exemplo, filas gigantescas em postos de gasolina mesmo com o preço exorbitante, ocasionando uma crise nos outros setores. Fazendo com que o governo se age rápido e cria-se com urgência medidas de melhorias para categoria.

Com a fragilidade dos grupos sociais em decorrência da contradição entre capital/trabalho a resistência dos atores sociais se faz necessária. Nessa perspectiva, com as novas facetas de cidadania, trouxe a responsabilidade dos cidadãos na elaboração de políticas públicas, como é o caso dos ambientes criados institucionalmente para parceria entre Sociedade e Estado (Ex.: conselhos gestores de políticas públicas). Gohn vem reiterar esta fala. “Novos e antigos atores sociais fixarão suas metas na conquista de espaços na sociedade política, especialmente nas parcerias que se abrem entre governo e sociedade civil organizada, por meio de Políticas Públicas” (GOHN, 2014, p. 58).

Os movimentos sociais ganham um importante papel na execução das políticas públicas. Através disso Lambertucci elenca. “As contribuições dos movimentos e organizações sociais impactam as políticas públicas e são garantias de execução, isto significa uma mudança na relação com a sociedade civil e um autêntico reconhecimento do papel das entidades” (LAMBERTUCCI, 2009, p. 72).

Ainda seguindo a linha de pensamento do autor, que o mesmo chama atenção para os movimentos sociais e organizações constituírem ambientes de participação numa ampla rede de pessoas, que por meio destas redes que “os atores sociais formam opinião, se expressam, fazem sua vontade ganhar poder coletivo e, assim, interferem nos destinos do País”. (LAMBERTUCCI, 2009, p. 82).

2.2 AS NOVAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL/PAPEL DA MÍDIA E AS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS

Neste item serão abordados elementos que envolvem os Movimentos Sociais e dão subsídios para as novas formas de organização, sociabilidade, mobilização e identidade coletivas.

O ser humano desde os primórdios tinha a comunicação como essencial para sua sobrevivência, que começou com os homens das cavernas que estabeleceram gestos e desenhos nas paredes das cavernas para se comunicarem.

De acordo com a evolução humana que instituíram vários períodos de desenvolvimento da comunicação, que deu início no século XVIII com a invenção do telegrafo, no século XIX veio o telefone, e no século XX a televisão e o rádio e não obstante a internet na década de 1960. Contudo, as mudanças tecnológicas iam aconteçam em contextos distintos, pois em cada período as pessoas almejavam novas formas de comunicação e interação.

Chegando à sociedade contemporânea, os Movimentos Sociais e o poder Midiático se compõem como sujeitos políticos das políticas públicas. As organizações sociais são os “sujeitos responsáveis pela transformação de problemas em questões sociais e, ao mesmo tempo, potenciais beneficiários dos programas sociais” (SILVA, 2009, p. 11).

Logo a mídia, “assume significativa influência na visibilidade dos problemas sociais, na formulação e na implementação das políticas públicas” (SILVA, 2009, p. 12), porém “a lógica que a mídia assume se altera conforme a lógica do sujeito que está apoiando, mas tende a ser uma lógica burocrática ou legalista, preocupada essencialmente com a eficiência da política.” (SILVA, 2013, p. 29).

Pensar em Movimentos Sociais, Estado e Mídia, é essencial falar de ideologia, já que as mesmas estão interligadas, pois a ideologia é um meio de manutenção do poder da classe dominante. Gramsci (1986, p 4) vem dá o conceito de ideologia como “o significado mais alto de uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as suas manifestações da vida individuais e coletivas”.

Althusser e Gramsci motivados por Marx colaboraram para explicar que a ideologia não se dá apenas no campo das ideias, mas também no campo das práticas, que se faz presente no estruturalismo social que por sua vez vem garantir a exploração social e a sustentação do domínio da classe burguesa. Que vem se estabelecer através dos aparelhos ideológicos do Estado.

Dado que, em princípio, a ‘classe dominante’ detém o poder estatal (abertamente ou, na maioria das vezes, mediante alianças entre classes ou frações de classes), e, portanto, tem a seu dispor o Aparelho (Repressivo) de Estado, podemos admitir que essa mesma classe dominante é atuante nos Aparelhos Ideológicos de Estado, na medida em que, em última análise, é a ideologia dominante que se realiza nos Aparelhos Ideológicos de Estado, através das suas próprias contradições (ALTHUSSER apud ZIZEK, 1999, p. 114-116).

Com outra linha de pensamento a professora Marilena Chauí define ideologia como:

Conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer (CHAUÍ, 1980, p.23).

Portanto, a Mídia está inerentemente interligada a alienação que a mesma exerce no meio social, pois convivemos diariamente em uma sociedade mediada, que dita padrões de beleza de comportamentos e moda entre outros, que por sua vez vem afetar no dia a dia, em gostos, costumes e comportamento da sociedade brasileira. Deste modo, os meios de comunicação estabelecem “[...] um lugar de extraordinária relevância nos processos de constituição de hegemonia” (NOGUEIRA, 2013, p. 183). Outro autor vem reenterrar:

Emissoras de rádio e televisão, que são mantidas em boa parte pela publicidade oficial e estão articuladas com as redes nacionais dominantes, dão origem a um tipo de poder agora não mais coercitivo, mas criador de consensos políticos. São esses consensos que facilitam (mas não garantem) a eleição (e a reeleição) de representantes – em nível federal, deputados e senadores – que, por sua vez, permitem circularmente a permanência do coronelismo como sistema (LIMA; LOPES, 2007, p. 3).

Os fatos narrados acima evidenciam que, o poder midiático tradicional está interligado a alta burguesia do País, pois os mesmos são os detentores dos meios de comunicação, e o outro segmento compõe um pensamento acrítico, portanto, os primeiros só defendem interesses condizentes ao grupo.

Com isso é de fundamental importância compreender o caráter tomado pela mídia ao aborda as questões sociais e as mobilizações sociais. Segundo a autora Chauí (1980, p.36), vem expressar: “Embora a sociedade esteja dividida em classes e cada qual devesse ter suas próprias ideias, a dominação de uma classe sobre as outras faz com que só sejam consideradas válidas, verdadeiras e racionais as ideias da classe dominante”.

No contexto atual, a divulgação dos movimentos de lutas e bastante recente, se dando nas duas últimas décadas do século XX, que se observa que os telejornais atribuem aos Movimentos Sociais eventos de perturbação da ordem pública que se estabelece uma evidente procura pela deformação dos movimentos como a criminalização dos mesmos. Esses

estereótipos que dão as organizações de luta são somente mais uma forma de retirar a culpa dos detentores dos meios de produção.

As redes sociais começam a surgir no começo do século XXI com o aplicativo Orkut, o qual tinha como proposta grupos de redes sociais na internet, e posteriormente o aparecimento de outras.

Uma rede social é definida como um conjunto de dois elementos: atores (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas conexões (interações ou laços sociais) (Wasserman e Faust, 1994; Degenne e Forse, 1999). Uma rede, assim, é uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores. A abordagem de rede tem, assim, seu foco na estrutura social, onde não é possível isolar os atores sociais e nem suas conexões (RECUERO, 2009, p. 24).

Nesse novo mundo, as possibilidades de comunicação são ampliadas e tem uma diversidade enorme, pois as pessoas podem se comunicar e mandam matérias multimídia, fazem chamadas por vídeo entre outras coisas, para pessoas, as quais se encontram em outras cidades, entre outros Estados Federativos e até mesmos de outros Países, de “forma gratuita” e rápida.

E inegável que o acesso à informação em um clique, possibilita uma visão mais ampla e crítica na relação de conflito entre Estado brasileiro e movimentos sociais, estabelecendo uma liberdade de expressão nas plataformas de informação. A facilidade do acesso à notícia das mais variadas categorias sociais e aos novos meios de comunicação, permitindo uma construção de relação de poder.

Os aparelhos móveis, como smartphones, notebooks, celulares e tablets e redes sociais, como Facebook, Twitter e Instagran, alargam as técnicas que podem ou não beneficiar a legitimidade do aparelho democrático. Já que a conexão a democracia se estabelece não apenas por conjecturas racionais, mas também no âmbito das práticas cotidianas.

Então, os movimentos sociais contemporâneos ganham um aliado de grande relevância para ação ativista, pois a internet facilitou a informação e comunicação. A autora Gohn (2008, p. 445) nota, em seu dossiê, que as “[...] redes sociais passam a ter, para vários pesquisadores, um papel até mais importante que o movimento social. Mas eles a redefinem como redes de mobilização social”.

Um bom exemplo de mobilizações em rede foi o Movimento do Passe Livre que se transformou em várias outras reivindicações, o qual já foi suscitado neste trabalho, porém o caráter nesse item é outro. Neste momento, as redes sociais (facebook e twitter) foram os meios que os ativistas passaram a se organizar e decidir as mobilizações. Com as principais hashtags #AcordaBrasil,#Ogiganteacordou,#VempraRua, #Nãoésopepelos20centavos, que as mesmas

estamparam os cartazes e faixas da população nas ruas de todo Brasil. Como as figuras vem ilustrar.

Figura 4: Somos a Rede Social



Fonte: Google Imagens, 2017 ⁴

Figura 5: Nós Lutamos!



Fonte: Google Imagens, 2017 ⁵

⁴[⁵](https://www.google.com/search?q=fotos+da+mobilizac%C3%A3o+de+2013&tbm=isch&tbs=rimg:CZPUg7O MJwbeIjhtH2K12TLUIocFGJG7lGdw455fbBqWLSHRapqx7F7uXxYJy0K753fi2uzqJW8EIXiDk_1WLvmilySo SCW0fYqXZMtQiEfBU4QdNjQM4KhIJhwUYkbuUZ3ARfoEgnOr-TycqEgnjn19sGpYuwRH9NR1B9bDJzSoSCdFqmrHsXu5fEayg52UdNZYNKhIJFgnLQrvnd8gRudfYceNqVtA qEgna7OolbwQjGBHJT0tFsHAH ByoSCYOT9Yu-aKXJEdH6nLKIGTAR&tbo=u&sa=X&ved=2ahUKEwieq5Gv_L7hAhVnmuAKHTCIA_8Q9C96BAgBEBg&biw=1366&bih=608&dpr=1#imgdii=ig5hf8QhhgqoWM:&imgcr=NaOO4_pmRciF6M: <Acesso em 10 de abril de 2019 as 10h30min></p>
</div>
<div data-bbox=)

Figura 6: Por uma Educação Viva



Fonte: Google Imagens, 2018⁶

Ao nos deparar com as imagens acima podemos perceber a transposição da web para o asfalto é inegável, que vem representar anseios e insatisfações da coletividade, expondo a força das ideias que começaram pelo celular. Contudo, em decorrência de tanta repercussão a Presidente Dilma Rousseff veio a público, nos principais canais midiáticos, expor que a tarifa baixaria e reconhecendo que o Brasil estava transitando por um fenômeno de massa social e que medidas seriam tomadas. Mas isso não foi suficiente para a população parar de protestar, pois o movimento já havia tomado uma proporção muito grande.

Castells (2013) vem expor que ainda que essas mudanças sejam completamente novas, desse modo o virtual sempre acaba no lugar público. Com isso, o autor vem definir o conceito de auto comunicação,

O que muda atualmente é que os cidadãos têm um instrumento próprio de informação, auto-organização e automobilização que não existia. Antes, se estavam descontentes, a única coisa que podiam fazer era ir diretamente para uma manifestação de massa organizada por partidos e sindicatos, que logo negociavam em nome das pessoas. Mas, agora, a capacidade de auto-organização é espontânea. (CASTELLS, 2013, p. 10).

Diante de tal discussão, a sociedade estabeleceu uma cultura de compartilhamento de conteúdo como vídeos, imagens, textos etc., além da inteiração e construção de informação,

⁶https://www.google.com.br/search?sa=G&hl=ptBR&q=movimento+estudantil+imagens&tbm=isch&tbs=simg:CAQSkwEJLLT662WmWp0ahwELEKjU2AQaAAwLELCMpWgaYgpgCAMSKNkesB7aHq8eqR7bHqgerh6xHqce_1z7AOZ85vT29OYA_1wznEOBU5vysaMFV9z8GwjGcVN1lzVav-VTXV7nv67ls6pIIMwA7dpfLkaeku3fWdheoM4y7VL2aCiAEDAsQjq7CBoKCggIARIEdH53YQw&ved=0ahUKEwjYu_Gr3c3iAhUMHLkGHSSQCYEQwg4IKygA&biw=1366&bih=657

diante de uma provável horizontalidade nas relações. Pois é sabido, nessas complexas redes sociais que os ativistas e população como um todo estabelecem vínculos sem nenhum laço afetivo, podendo intervir no espaço público sem qualquer organização, nem da mídia tradicional como o sistema televisivo.

Os movimentos em ciberespaços são fruto da inteiração entre indivíduos e máquinas ou pessoas e pessoas, são nessa perspectiva que são cultivadas as relações virtuais através da interação, estabelecendo um processo constante de comunicação. Porém, não é só a troca de ideias, tem que haver identificação, para que aconteça um fluxo maior de informação.

Os novos movimentos sociais em sua articulação nas redes abrem espaço para uma Democracia pluralista, pois de acordo com seu entrosamento que possibilita reconhecer suas semelhanças e conseqüentemente respeitam suas diferenças em detrimento disso ficam mais fortes. Esta pluralidade de demandas, determinados autores vêm expor que essas heterogeneidades podem ser um ponto de fragilização das organizações sociais, pois não se tem uma prioridade, então quando são postas em espaços multimídia, que serão discutidas muitas reivindicações serão perdidas.

CAPÍTULO III: A RELAÇÃO ESTADO E AS MOBILIZAÇÕES SOCIAIS: A DUALIDADE ENTRE A FRAGILIDADE E A RESISTÊNCIA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE ESTÁGIO

A Clínica Escola do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio que disponibiliza vários serviços para população, serviços de Odontologia, Biomedicina, Fisioterapia, Psicologia e Serviço Social que se localizado na Avenida Maria Leticia Pereira s/n, situada no bairro Lagoa Seca, Juazeiro do Norte-CE. É viável expor que a Cidade mencionada está localizada no coração do Cariri, onde a mesma é marcada pelo grande polo artesanal, pelas enormes romarias baseadas na fé dos brasileiros ao Padre Cicero Romão Batista e como grande polo acadêmico.

A entrada do Serviço Social dentro da Clínica Escola, por intermédio do NASS, aconteceu recentemente, mais precisamente em 2015, a qual se viu a necessidade de responder a população em situação de vulnerabilidade social, procurando oferecer atendimentos e orientações socioeducativas, para que o indivíduo tenha acesso democrático a informações e conseqüentemente a concretização do seu direito.

A princípio, o NASS – Núcleo de Apoio do Serviço Social realiza atividades preventivas que se dá através da acolhida qualificada na sala de espera da Clínica Escola que ocorre

diariamente, bem como busca o fortalecimento do vínculo comunitário e familiar entre os usuários. Destacando que o espaço sócio-ocupacional trabalha em parcerias com as redes socioassistenciais e os demais cursos da UNILEÃO – Centro Universitário Doutor Leão Sampaio.

O NASS, que tem como missão: formar profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento do País, embasados na responsabilidade social e na ética, visando o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos.

Este disponibiliza de objetivos como: solicitar informações de modo que respondam as demandas dos usuários da Clínica Escola; garantir o acesso dos usuários aos serviços oferecidos; executar ações que insiram o usuário em políticas sociais; conhecer e mobilizar a rede de serviço para viabilizar os direitos sociais, além de realizar campanhas socioeducativas e ações socioassistenciais.

O equipamento em sua composição de funcionários tem dois assistentes sociais e um grupo de estagiário que vão desenvolver no espaço, atendimentos por meio da entrevista social; ações socioassistenciais; elaborar e problematizar os relatórios sociais; orientar e encaminhar os usuários para as redes socioassistenciais, preparar as equipes de estudantes para estudos relacionados as suas demandas sociais com textos relacionados ao cotidiano do Assistente Social; fortalecer vínculos familiares e comunitários.

Deste modo, a atuação do NASS estabelece uma demanda complexa, pois está relacionada ao tripé da seguridade social, em meio a isto, essas demandas pedem respostas concretas pertinentes a política da assistência social, da saúde e previdência social. Contudo, tem um papel de grande relevância dentro da Clínica Escola, pois busca propor ações criativas frente as demandas, tendo como propósito transformar a realidade social dos sujeitos que procuram o Serviço Social.

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E INSTRUMENTAIS DE COLETAS DE DADOS

Este trabalho visa analisar a relação de conflito entre Estado brasileiro e os Movimentos Sociais para tornar claro esta temática é necessário fazer um histórico do século XX até os dias atuais evidenciando os marcos de fragilidade e resistência que os movimentos propuseram na narrativa do País.

Inicialmente, cabe ratificar que Gil (2008) vem expor pesquisa como, dar respostas adequadas para atender problemas por meio da aplicação e o uso de procedimentos metodológicos. Já no tange a pesquisa social, se utiliza de matérias científicos para compreender através da pesquisa a realidade social.

Para tanto, é necessário realizar uma pesquisa de cunho bibliográfico, que foi permitido dialogar com vários autores para estabelecer uma melhor apreensão da fragilidade e resistência dos movimentos sociais inseridos no sistema capitalista. A análise bibliográfica “é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites” (FONSECA apud GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p.37).

Em meio a esta discussão este trabalho se propôs a realizar uma abordagem qualitativa, pois vai desempenhar uma apropriação maior da realidade social sem se preocupar com a representatividade numérica. “As pesquisas qualitativas têm se preocupado com os significados dos fenômenos e processos sociais, onde permeiam as redes de relações sociais.” (PÁDUA, 2004, p.36).

É viável frisar que esta temática vem desenvolver uma pesquisa explicativa que para (GIL, 2008) vai estabelecer os fatores determinantes para ocorrência dos fenômenos. Pois é um tipo de pesquisa que mais se ajusta ao estudo da realidade, que consisti em uma maneira de explicar a causa, ou seja, o por quê dos fenômenos. Em detrimento disso é a mais apropriada. Este trabalho também se apropria da pesquisa descritiva, pois seguindo a linha de pensamento do mesmo autor é a maneira mais complexa de descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade.

Para tanto, é necessário utilizar a pesquisa de campo, Severino (2007, p.123) vem expressar, “Na pesquisa de campo, o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta de dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador”.

A pesquisa foi realizada com os representantes de cinco movimentos sociais na cidade do Crato-CE. Cáritas Diocesana do Crato, Movimento dos Trabalhadores Rurais, Movimento SCAN (Sociedade Cratense de Auxílio aos Necessitados), Associação Cristã de Base (ACB) e Comitê de Migração e Refugiados do Cariri.

Expondo que no decorrer da análise da entrevista estes representantes entrevistados (as) foram identificados como H1, H2, H3 H4 e H5, pois o informado foi que seriam usados nomes fictícios para os pesquisados para garantir o sigilo e a privacidade dos mesmos, com caráter confidencial.

A priori, para fornecer essas informações foi utilizada a entrevista, pois vai dar subsídios para alcançar as informações necessárias para o trabalho. Segundo Lakatos vem explicar o significado de entrevista.

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social (LAKATOS, 1991, p.195).

Já no que diz respeito a entrevista não estruturada a que este trabalho se apoiou, pois, vai dar uma melhor apropriação da realidade social. A população que corresponde ao universo da pesquisa atinge os representantes dos Movimentos Sociais da Cidade do Crato-CE, que foram escolhidos diante da representatividade de suas ações na cidade referida, contou-se com 05 membros dos movimentos sociais que se dispuseram a responder a entrevista, diante disso a coleta de dados deu-se no período dos meses de abril e maio de 2019.

Adiante, ao término da coleta de dados, as respostas foram interpretadas e analisadas, de acordo com as falas dos representantes entrevistados, servindo de apoio para construção do terceiro capítulo e para fomentar meu objeto de estudo.

3.3 ANÁLISE DA COLETA DE DADOS: O GRITO DE RESISTÊNCIA DIANTE DE UMA DEMOCRACIA FRAGILIZADA

A pesquisa realizada nos meses de Abril e Maio de 2019 teve como objetivo geral compreender a relação de conflito entre Estado brasileiro e os Movimentos Sociais na relação de fragilidade e resistência, para tanto foi feita entrevistas com cinco representantes dos movimentos sociais de Crato-CE. Usando os procedimentos metodológicos que foram embasados por meio de uma pesquisa bibliográfica, descritiva, explicativa e qualitativa como foi narrado nos procedimentos metodológicos.

De fato, a Democracia contemporânea vem sofrendo vários abalos desde golpe de Estado de 2016 que culminou no impeachment de Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT), eleita democraticamente em 2014. A origem do termo no impeachment se deu na Inglaterra, e foi trazido para a esfera política, que constitui um aparelho pelo o qual regimes liberais delineiam a restrição de poderes dos membros do poder executivo.

No contexto de impeachment da presidenta, que foi permeado por várias embates de forças entre partidos e políticos contrários ao golpe e uma população dividida, tudo isso ocorrendo por meio das manifestações públicas e das redes sociais em uma atmosfera

impregnada de muita indignação e ódio do governo vigente, pois os diversos acordos traçados por alguns deputados e senadores que são envolvidos em casos de corrupção, estabeleceram um processo de destituição do cargo da presidenta, que os mesmos alegaram irregularidades contabilísticas, ou seja, pedaladas fiscais para repor déficit nas contas públicas que segundo especialistas é uma prática corriqueira em todos os governos.

O que evidencia uma estratégia da grande burguesia brasileira para retirar o Partido dos Trabalhadores (PT) do poder. “Em alguma passagem de suas obras, Hegel comenta que todos os grandes personagens da História mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes. Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira com uma tragédia, a segunda como farsa” (MARX, 1851, p.25).

Essa citação vem expressar muito bem o que este trabalho já desenvolveu anteriormente, quando trouxe o golpe militar de 1964, que representou uma tragédia na história, pois deixou milhares de torturados e centenas de mortos sem contar nos exilados por serem contra as barbaridades do governo ilegítimo.

Já no que concerne o golpe parlamentar de 2016 que foi uma farsa, pois como já foi elencado a destituição do cargo da Presidenta Dilma Vana Rousseff em um processo de irregularidade contabilística, o que era uma prática corriqueira em outros governos e não traziam tanta relevância e nem revolta dos parlamentares.

Mas o ataque à democracia e aos direitos já conquistados estavam apenas começando, pois, o vice-Presidente Michel Temer assumiu o governo trazendo várias inseguranças em todos os aspectos. O governo Temer extinguiu alguns ministérios, onde realocou para outras pastas seguindo a política de rigorismo, alegando que esse procedimento traria, mas eficácia para os programas sociais.

Os ataques aos direitos sociais foi o marco desse governo, acarretando em inúmeras mobilizações sociais em todo o País contra a aprovação da PEC 241/2016, que o então presidente interino não propôs nenhuma consulta aos cidadãos brasileiros. O governo alega que o objetivo é frear o crescimento dos gastos públicos, que acarretou no congelamento dos gastos sociais por 20 anos. O que confirma o caráter antidemocrático do governo. Segundo Mascaro vem expor “o Estado está talhado estruturalmente para funcionar conforme o capital” (MASCARO, 2015, p. 24).

Todavia a seletividade, a precarização e até mesmo o desmonte das políticas sociais com o advento do neoliberalismo na década de 1990, que trouxeram enormes prejuízos para classe que vive do trabalho que não viu a Carta Magna de 1988 ser concretizada na sua plenitude. Este governo traz um Estado neoliberal cada vez mais severo, pode-se perceber com a terceirização.

Segundo Martins (2001, p. 34) a terceirização “consiste em contratar um terceiro para realização das atividades que não consiste no foco principal da empresa”, ou seja, vai retirar os direitos garantidos pelo trabalho formal. Outra autora vem reiterar “a missão do desgoverno ilegítimo de Temer é exatamente implementar um novo ciclo de contrarreformas neoliberais, cujas consequências cairão sobre os ombros dos trabalhadores” (SANT`ANA ET AL, 2016, p. 260).

Infelizmente, estamos andando em retorno ao passado, que o Estado não intervia nas desigualdades sociais, voltando a velha política que o indivíduo é inteiramente responsável por sua proteção social.

Mesmo com a intensas mobilizações sociais em todo Brasil, que tinha como grito principal “Fora Temer”, mas infelizmente não se obteve o esperado, através de conchavos políticos Temer consegue terminar o mandato que começo com Dilma.

Este trabalho não poderia estar alheio a prisão arbitrária do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, pois se deu em moldes de práticas antidemocráticas. O candidato a presidência do Brasil de 2018, Lula mesmo preso e com a mídia elitista, classista depreciando seu histórico presidencial, ainda apresentava uma larga vantagem na intenção de votos em relação aos concorrentes políticos, e quem mais se aproximava era o despreparado Jair Bolsonaro.

Segundo o site The Intercept Brasil que mostra a condenação de Lula pelo Juiz Sergio Moro, foi um acordo firmado entre o Juiz e Bolsonaro para que mantivesse Lula sem condições de desenvolver a candidatura. Em detrimento disso, Lula indica Fernando Haddad para concorrer com os demais candidatos. Acarretando em uma eleição permeada de ódio e Fake News em meio as redes sociais. É bom salientar, que o então candidato Bolsonaro não apresentou nenhuma proposta para governo, o mesmo só transmitia mentiras e ódio na sua fala e se apropriava da insatisfação da população para com o governo PT.

Infelizmente, Bolsonaro fica à frente das intenções de votos e ganha as eleições, posteriormente o Juiz Moro é nomeado ao Ministério da Justiça. Em relação ao contexto discutido a cima foram realizadas algumas perguntas diante do contexto atual que vivenciamos, foi exposto aos representantes dos movimentos sociais qual era sua percepção sobre a democracia brasileira, na qual obtivemos a seguinte resposta:

⁷ <https://theintercept.com/brasil/>

“O conceito de democracia na contemporaneidade é muito relativo, pois democracia é o poder do povo, pelo povo e para o povo, eu acho que essa democracia está muito conturbada nessa conjuntura que tem se apresentado ultimamente” (H2).

Como podemos perceber, as palavras do entrevistado apontam uma certa fragilidade em relação a democracia no País, pois o que nos é apresentado hoje em dia é uma sociedade totalmente desigual, no que acaba tornando-se alienada pelo grande poder midiático e assim atingindo a política brasileira, que traz rebatimentos equivocados na sociedade, pois a população que vive do trabalho escolhe candidatos inaptos para sua representação, comprovando a integral falta de consciência política. No que vem expressar José Afonso da Silva:

A Constituição estrutura um regime democrático consubstanciando esses objetivos de igualização por via dos direitos sociais e da universalização de prestações sociais (seguridade, saúde, previdência e assistência sociais, educação e cultura). A democratização dessas prestações, ou seja, a estrutura de modos democráticos (universalização e participação popular), constitui fundamento do Estado Democrático de Direito, instituído no art. 1º. Resta, evidentemente, esperar que essa normatividade constitucional se realize na prática (SILVA, 2013, p. 130).

A Carta Magna de 1988, traz em sua totalidade o regime democrático. Portanto, esse regime visa a universalização dos direitos sociais e a democratização das prestações sociais. Adiante, esclarecendo o conceito de democracia, se deparamos Held (1996), citado por Giddens o entendimento de que:

[..] a democracia é vista genericamente como o sistema político mais capaz de garantir a igualdade política, proteger a liberdade individual, defender o interesse comum, ir ao encontro das necessidades dos cidadãos, promover o autodesenvolvimento moral e possibilitar a tomada de decisão efetiva que leve em conta os interesses de todos por (GIDDENS, 2001, p. 426).

Então é nítido que a Democracia não está sendo contemplada na sua totalidade, pois como já foi exposto o sistema democrático foi vítima de um golpe de Estado que resultou na saída da Presidenta Dilma, posteriormente o ex-presidente Lula que mesmo preso estava à frente nas pesquisas para o cargo de presidente do Brasil foi impossibilitado de se candidatar por conchavos de seus opositores e os enormes retrocessos que estamos vivenciando. Outro representante de movimentos sociais vem contribuir:

“Nós não Estamos vivendo uma democracia plena, pois nós estamos vivenciando uma Ditadura eleita, então dado o ódio elegeram um Presidente, que não dá para dizer que é um presidente, mais sim uma família imperial” (H5).

O atual presidente juntamente com seus aliados vem implementando medidas que ameaçam os direitos da sociedade brasileira, e o objetivo do mesmo é levantar propostas nas quais visem colaborar para maiores cortes relacionados aos benefícios da classe trabalhadora em benefício de uma minoria classista, elitista que concentra renda e poder.

Visando por este lado, solicitou-se que os entrevistados ressaltassem a sua opinião em relação ao desmonte dos direitos sociais já conquistados, ao explicarem sobre seus conhecimentos um deles descreve sobre o tema em questão como:

“O que a conjuntura atual nos apresenta na verdade é um grande retrocesso de todas as conquistas que a classe trabalhadora já conseguiram. Esse governo em tão pouco tempo está conseguindo destruir o que foi conseguido com muita luta com muita força e disposição, esse governo em tão pouco tempo está conseguindo destruir e retroceder esse processo que já estava bem andado. Atingindo determinados seguimentos de maneira devassadora, por exemplo: a questão das mulheres dos trabalhadores rurais, da educação com corte de 30% a saúde.” (H1).

Tal desmonte dos direitos sociais vem alarmando desde o golpe de 2016, pois muitas mudanças se sucederam em nosso País, como o corte das políticas sociais, causando a total flexibilização e queda dos direitos (SANTOS et al., 2017).

O discurso acima deixa claro que para o autor a conjuntura atual está retrocedendo cada vez mais, e este fato tem que ser rompido, mas para isto a população tem que se unir e assim lutar contra este caos no país, e também de agora em diante o povo brasileiro consiga se expressar e decidir quem deve governá-lo com mais cautela.

Seguindo o mesmo patamar, perguntou-se aos representantes, qual o seu posicionamento enquanto representante dos movimentos sociais em relação a crise política e econômica vivenciada na atualidade, o entrevistado H2 respondeu que:

“A crise econômica ela tem uma causa primordial é o capitalismo. Capitalismo que eu chamo de capitalismo, ele é excludente ele é classista, opressor, ele é uma série de coisas que fere a dignidade humana, fere seu direito de ir e vim, seu direito de estudar, seu direito de amar, então o capitalismo escraviza o homem à exploração do homem pelo homem.”

A alienação do indivíduo que trabalha impacta assim nas leis da economia política, quanto maior for a produção do trabalhador menos será o consumo deste, “o trabalhador é o responsável pelos meios de produção, mas não tem direito sobre este, quanto mais perfeito for o trabalho do operário, ele se tornara mais servo do capitalismo” (MARX, 1964, p. 161).

Seguindo o mesmo contexto do questionamento feito aos entrevistados, é importante destacar outra resposta apresentada:

“Quando a gente fala em empoderamento conscientização, que é uma crise que nosso país se encontra, o empoderamento é extremamente importante, mais nesses últimos anos o que a gente observa e que apesar de muitos membros da comunidade ser empoderada até em níveis universitários, professores, advogados pessoas que tem mais consciência de como essa questão política e social funciona, muitas dessas pessoas optam em não se manifestar, aceitando tudo que essa política vem jogando na sociedade não diz que está bom sabe que está ruim mais opta em não fazer nada, se silencia” (H4).

O autor refere-se ao silêncio da sociedade em relação a situação política do país, pois para muitos o que está acontecendo não diz respeito a sua opinião, então optam por não dizer nada, porém precisamos entender que a política é feita pela voz do povo e assim começamos a intervir no que é de nosso direito. Miguel Cançado expõe o seguinte:

Exercer a cidadania não é apenas comparecer à urna eleitoral, é um processo que começa antes do dia da eleição, com a busca de informações sobre os candidatos, sobre os partidos, sobre a história deles no contexto nacional e regional. Voto consciente é aquele que é exercido com reflexão, avaliação, questionamento. Assim se exerce, de fato, a democracia e a cidadania (CANÇADO, 2010, p.01).

A sociedade civil necessita ter a consciência da importância de seu voto, como aparelho de mudanças da política da sua rua, da sua cidade, do seu Estado e do seu País, então se torna imprescindível que haja investimentos na cultura política dos cidadãos para que se tornem críticos e reflexivos, porém, isto infelizmente vai na compra mão dos interesses do governo.

Na busca por tentar compreender se existe uma tentativa de aparecimento dos movimentos sociais por estes representantes, foi questionado por que não está visível a atuação dos movimentos sociais perante os desmandos do atual governo:

“Esse governo só evidencia uma coisa que já vinha andando em outros governos que é a criminalização dos movimentos sociais, até mesmo os movimentos grandes, consolidados, importantes estão sendo desmontados, criminalizados” (H1).

O representante vem elucidar, que o verbo criminalizar é atribuído aos movimentos pelo governo e principalmente de mídia, como se fosse criminoso a atuação de organizações em mobilizar a população na luta pela melhoria de uma sociedade mais justa e igualitária.

Mas, ao tentar incriminar os movimentos sociais, a classe dominante, através dos meios midiáticos, enquadra os fatos como acontecimentos como pensamentos da sociedade como um todo. A ideologia dominante é colocada como um conjunto de ideias consensuais de todos os indivíduos da sociedade. Pretende com isso ganhar o apoio, principalmente de setores da classe média, utilizando os meios de comunicação procurando incriminar os movimentos sociais e seus líderes. A sociedade acaba por se convencer e levar em consideração que o ato de lutar por um direito torna-se um crime contra a ordem social (VOLANIN, 2007, p. 14).

Em meio a isto, se torna uma das principais estratégias da grande burguesia em garantir a manutenção da ordem vigente. Mas não devemos atribuir a falta de visibilidade dos movimentos sociais no asfalto só a criminalização, pois a questão é muito mais complexidade, pois falta a população brasileira uma educação de base para que os mesmos sejam emancipados criando uma visão crítica para que possam exercer seu direito à participação na política, que é um instrumento de efetivação dos direitos negados pelo Estado.

Diante dessa falta de compreensão da população para com a política foi perguntado aos representantes, se nas reuniões que são realizadas pelo seu Movimento Social é colocado em pauta a temática da democracia brasileira.

“Esta temática democracia tem que esta cotidianamente sendo conversada e discutida dentro dos movimentos, e fora deles, como a análise de conjuntura principalmente, por que quando você está vivendo uma conjuntura adversa, tem que fazer com que as pessoas minimamente tenham a compreensão do que foi conquistado atreves da luta dos trabalhadores organizados” (H2).

Seguindo a linha de pensamento do representante (H2), e de suma importância esse diálogo, visto que a democracia representativa sozinha seria incapaz de gritar contra o Estado, pois nenhum incômodo traria, mas com a adesão da população ao poder aumentaria e consequentemente ficaria viável a efetivação das reivindicações, até então negadas pelo Estado. No que elenca Grasiela Grosselli e Orides Mezzaroba:

Diante da expansão da pobreza e das desigualdades sociais, associada a uma crise política vivenciada pelo país, vem ocorrendo um afastamento da população do meio político, impossibilitando a construção de uma cidadania política e social. Dessa forma, um dos desafios da democracia moderna consiste em consolidar um sistema político pautado no desenvolvimento de uma cultura política que promova valores e hábitos democráticos como a participação, a confiança e a cooperação. A participação da população constitui um pressuposto decisivo para o fortalecimento das instituições políticas e democráticas, uma vez que o desenvolvimento de uma cultura política de participação pode interferir diretamente na capacidade do indivíduo de influenciar o processo decisório (GROSSELLI; MEZZAROBA, 2011, p. 02).

Em presença de uma crise política, econômica e social que assola o Brasil, fica inviável a constituição de uma de cidadania plena. Pois seria necessário investimento na cultura política dos cidadãos, porém, no atual governo está ocorrendo o contrário, pois o mesmo está cortando verbas deixando a educação cada vez mais sucateada.

Por último foi perguntado aos representantes qual a sua percepção em relação a divulgação veiculadas pelos meios de comunicação na construção de cidadãos mais críticos sobre os seus direitos.

“Eu fico triste quando uma pessoa diz assim: eu sou bem informado por que eu vejo televisão. Ai eu respondo: a televisão é um meio de comunicação a serviço dos donos e dos amigos dos donos, ou seja, da elite, então é mais pra confundir” (H5).

Na sociedade atual, a midiaticização está cada vez mais presente no cotidiano da população, visto que passamos mais tempo interagindo com os aparelhos tecnológicos do que tendo relações interpessoais. O que está mudando a maneira das pessoas se relacionarem, se comunicarem e aprenderem. Os meios de comunicação exercem seu poder de imagem, fazendo que o indivíduo afirme não só o consumo, mas também os modos de conviver em sociedade e nesse viés que Ramonet vem salientar:

Os colonizadores e seus opressores sabem que a relação de domínio não está fundada apenas na supremacia da força. Passado o tempo da conquista, soa a hora do controle dos espíritos. E é tanto mais fácil dominar, quando o domínio permanece inconsciente. Daí a importância da persuasão clandestina e da propaganda secreta, pois, a longo prazo, para todo império que deseja durar, a grande aposta consiste em domesticar as almas, torná-las dóceis e depois subjugar-las (RAMONET, 2002, p.21).

Em detrimento disso, o poder midiático comanda, forma, deforma, dita gostos, hábitos e pensamentos da massa, para que a grande elite se beneficie. A influência da mídia e das redes móveis de comunicação na concepção da opinião é sem dúvida avassaladora, pois pega uma população na sua grande maioria fragilizada, ou seja, sem uma educação de qualidade que possibilite a reflexão para chegar em uma crítica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisou os movimentos sociais inserido em um contexto ditatorial, posteriormente os movimentos pós constituinte/88 e os rebatimentos da mesma nas organizações de luta e advento do neoliberalismo. No século seguinte venho mostra os novos movimentos sociais e as novas formas de organizações sociais e o papel da mídia. Por último trago uma análise da coleta de dados.

Em presença de tal discussão, que proporcionara uma contribuição favorável para formação profissional do Assistente Social, pois como já foi salientado nesse trabalho são produzidas poucas pesquisas sobre as organizações de lutas, prova disso que no Centro Universitário Doutor Leão Sampaio no que concerne o curso de Serviço Social só disponibilizam uma pesquisa sobre os Movimentos Sociais. O que se torna contraditório, pois o Serviço Social está completamente interligado as organizações de lutas. Então esta produção acadêmica desempenha indiscutivelmente forte contribuição para o desenvolvimento profissional e afirmação para categoria.

Os golpes que permearam a história do Brasil, tanto o de 1964 quanto o de 2016, sinalizam retrocessos em detrimento da classe que vive do trabalho, então para os movimentos de lutas e para população a necessidade de resistência diante da fragilidade de um sistema opressor é primordial. Pois, não a outro caminho que não seja a luta por uma sociedade mais justa e igualitária para isso a democracia tem que estar plena em sua totalidade.

Diante de todo esse estudo, ficou claro a falta de uma cultura política da população brasileira, reflexos de uma educação fragilizada acarretada historicamente, que possibilita ao governo os desmandos e desmontes sem uma repressão cabível.

No tocante aos resultados obtidos, percebe-se que seria de extremo valor o prolongamento desta pesquisa, em números maiores de Movimentos Sociais e em cidades diferentes para obtemos resultados com maior abrangência.

Portanto, constata-se de suma relevância para os graduandos o estudo dos diferentes movimentos sociais visando a melhor compreensão do processo de formação do Serviço Social e a relação do Estado e a sociedade civil, bem como servir de inspiração para futuros estudos dos alunos de graduação em Serviço Social e aprofundamento dessa temática em pós-graduação abrangendo tanto o Cariri quanto aumentando esses estudos para pesquisas mais consistentes de âmbito estadual ou interestadual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Uma breve radiografia das lutas sindicais no Brasil recente e alguns de seus principais desafios**. In: INÁCIO, J.R. (Org.). *Sindicalismo no Brasil: os primeiros 100 anos?*. Belo Horizonte: Crisálida, 2007. p. 288 – 306. A autocomunicação de massas segundo Castells. In: <http://cmais.com.br/educacao/ideias-inovadoras/fronteiras-do-pensamento/a-autocomunicacaode-massas-segundo-castells>, 2013.

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. IN ZIZEK, Slavoj. **Um Mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ANTUNES, Ricardo (Org.); ALVES, Giovane. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil: Trabalho e sindicalismo no Brasil dos anos 2000 dilemas da era neoliberal**. São Paulo, Boitempo, 2006.

ANTUNES, Ricardo; RIDENTI, Marcelo. **Operários e Estudantes contra a ditadura 1968 no Brasil**. Revista Ciências Sociais. Vol 12, Nº 12, 2017.

CANÇADO, Miguel. **O poder do voto consciente. Artigo de autoria do diretorteseoureiro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)**, Miguel Cançado, publicado na edição de 30 de setembro de 2010, do jornal O popular de Goiás. Disponível em: < <http://www.oab.org.br/noticia/20667/artigo-o-poder-do-votoconsciente>>

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A “Questão Social” no Brasil: Crítica ao Discurso**

CHAUÌ, Marilena **O que é ideologia**. São Paulo, Brasiliense, 1980

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social no Estado capitalista: as funções da Previdência te Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 1985.

FERNANDES, B. M. **Espacialização e Territorialização da Luta pela Terra: a formação do MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo**. São Paulo: FFLCH/USP (dissertação de mestrado), 1994. Disponível em: . Acesso em: 09 dez. 2013.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. 1º ed. Porto Alegre, UFRGS, 2009.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991. _____ . *SOCIOLOGIA*. Lisboa: Fundação Calouste, 2004. p. 424-453; 691.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo, Atlas 2006.

GUIMARÃES, J.S,QUENTAL.P . **economia solidária se aproxima das origens do socialismo, diz paul singer**. 2009 Disponível em:

<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2014/12/missionario-da-economia-solidaria-paulsinger-a-compara-ao-socialismo-4852.html> acesso em : 29 out. 2016

GOHN, Maria da glória M. **Movimentos, Ongs, e lutas sociais no Brasil nos anos 90. In: Os sem terra, Ongs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização.** São Paulo : Cortez, 1997

GOHN, Maria da Glória. **Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina.** Dossiê. Caderno CRH, Salvador, 2008. v. 21, n. 54, p. 439 – 455. Disponível em: . Acesso em: 15 out. 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil.** São Paulo: Loyola, 1995.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI : antigos e novos atores sociais.** Petrópolis: Vozes, 2000.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias.** São Paulo: Cortez, 2005. GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo: Edições Loyola, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo: Loyola, 1997, p. 121-207.

GRAMSCI, Antonio **Concepção dialética da história.** 6ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1986.

GROSSELLI, Grasiela; MEZZARROBA, Orides. **A participação política e suas implicações para a construção de uma cidadania plena e de uma cultura política democrática.** Trabalho publicado nos Anais do XX Encontro Nacional do CONPEDI realizado em Belo Horizonte - MG nos dias 22, 23, 24 e 25 de Junho de 2011. Disponível em: < http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/grosselli_7.pdf

HABERT, N. “ A década de 70. **Apogeu e crise da ditadura brasileira.** 3. ed. São Paulo, Ática, 1996.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. **RELAÇÕES SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL.** 17ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LAKATOS, E. M.. MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LAMBERTUCCI, Antônio Roberto. **A participação social no governo Lula.** São Paulo: Cortez, 2009)

LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante de. **Diretas já: 15 meses que abalaram a ditadura.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LIMA, Venício A. LOPES, Cristiano Aguiar. **Coronelismo eletrônico de novo tipo** (1999-2004): as autorizações de emissoras como moeda de barganha política. Disponível em: . Acesso em: 10 junh. 2014.

LUKÁCS, Georg. **Ontologia do ser social: O trabalho**. Trad. Ivo Tonet, São Paulo, 1986. Disponível em: <http://www.afoiceemartelo.com.br/posfsa/Autores/Lukacs,%20Georg/O%20TRABALHO%20-%20traducao%20revisada.pdf>. Acessado em 19/11/2015.

MASCARO, Alysson Leandro. **“Crise brasileira e direito”**. Margem Esquerda. Nº 25. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARTINS, Sérgio Pinto. **A Terceirização e o direito do trabalho**. São Paulo: Atlas,2001

-MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1964.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis: Vozes,2001. (11ª ed.).

MATTOS M.B (2009). **Trabalhadores e sindicatos no Brasil: São Paulo**, Editora Expressão Popular.

MORAES, Mário Sérgio de. **50 anos construindo a democracia: do golpe de 64 à comissão nacional da verdade**. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2014

SANT’ANA, R. et al. **Brasil: um país marcado pelo jugo do capital. Os diferentes projetos em desenvolvimento e seus rebatimentos sobre a conjuntura atual**. In: SIQUEIRA, José F. da Silva et al. (Orgs). **Política social e serviço social. Brasil e Cuba em debate**. São Paulo: Veras Editora, 2016.

NETTO, Paulo José. **Política de Assistência Social no Brasil: avanços e retrocessos. Cadernos do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares/CEAM**. Ano III, Nº. 11. UNB. Outubro, 2002. P. 63/79

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As Ruas e a Democracia: ensaios sobre o Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

OLIVEIRA, Lucas Monteiro. **Entrevista Roda Viva**. 17 jun. 2013. São Paulo: TV Cultura.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teóricoprática**. 17. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012. 97 p.

PERUZZO, C. M. K. **Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que “o gigante acordou”(?). Matrizes**, a. 07, n. 2, p. 73-93, jul.-dez. 2013. **PROTESTOS** pelo país reúnem mais de 250 mil pessoas. G1, 18 jun. 2013a. Disponível em: . Acesso em: 10 out. 2014.

PINTO, Otávio Luiz Vieira. **Os protestos no Brasil, ou sobre como a passagem de ônibus revelou contradições**. The International Journal of Badiou Studies. v. 2. n. 1. 2013. Disponível em: <http://badioustudiesorg.ipower.com/cgi-bin/ojs-2.3.6/index.php/ijbs/article/view/37/pdf> Político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

RAMONET, Igmacio. **Propagandas silenciosas: massas, televisão, cinema**. Petrópolis,RJ: Vozes, 2002

-SANTOS, et al. **Os impactos das reformas no “governo Temer” para as políticas sociais.** In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICAS SOCIAIS, 2., 2017, Florianópolis. Anais... Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.p.1-10.

SERVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 14ª Ed., São Paulo : Malheiros editores Ltda, 2013.

SILVA, Maria Lucia Carvalho da. **Movimentos Sociais: gênese e principais enfoques conceituais.** In: Revista Kairos. São Paulo, 2001.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Avaliação de Políticas e Programas Sociais: uma reflexão sobre o conteúdo teórico e metodológico da pesquisa avaliativa.** In: SILVA, Maria Ozanira da Silva (Coord.). Pesquisa Avaliativa: aspectos teórico-metodológicos. 2. ed. São Paulo: Veras, 2014, p. 19-108.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Editorial. Revista Katálysis. Florianópolis, v. 12 n. 1 p. 11-12, jan./jun.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. **Ajuste Neoliberal e Desajuste Social na América Latina: As especificidades das Políticas de Ajuste Neoliberal no Brasil.** Petrópolis, RJ, Vozes, 2001.

VIRIATO, Edaguimar Orquiza. Estado, Política educacional e o Terceiro setor. I Congresso Internacional de Educação e Desenvolvimento Humano, Maringá, 2004.

VOLANIN, Leonardo. Poder e mídia: **a criminalização dos movimentos sociais no Brasil nas últimas trinta décadas.** Paraná: UNICENTRO, 2007. Disponível em <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/760-4.pdf>. Acesso em 16 de maio de 2015. pp 1-20.

APÊNDICE (S)

APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1) O (a) senhor (a) como representante de um movimento social qual a sua percepção sobre a democracia brasileira na contemporaneidade?
- 2) Nas reuniões que são realizadas pelo seu movimento social é colocado em pauta a temática da democracia brasileira?
- 3) Diante da conjuntura atual, qual a opinião do (a) senhor (a) em relação ao desmonte dos direitos sociais já conquistados?
- 4) Por que não está visível a atuação dos movimentos sociais perante os desmandos do atual governo?
- 5) Qual o seu posicionamento enquanto representante dos movimentos sociais em relação a crise política e econômica vivenciada na atualidade?
- 6) Qual a sua percepção em relação a divulgação veiculadas pelos meios de comunicação na construção de cidadãos mais críticos sobre os seus direitos?

APÊNDICE B: TERMO DE CONCENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pelo presente termo de Consentimento Livre e Esclarecido EU, _____, em pleno exercício dos meus direitos me disponho a participar da pesquisa A RELAÇÃO ESTADO BRASILEIRO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS: A DUALIDADE ENTRE A FRAGILIDADE E A RESISTÊNCIA

Declaro ser esclarecido e estar de acordo com os seguintes pontos:

- A pesquisa seguirá todas as normas estabelecidas pela Resolução nº 466/2012 Conselho Nacional de Saúde, que estabelecem diretrizes e normas que regulamentam pesquisas envolvendo seres humanos;
- Será garantido ao pesquisador consentimento livre e Esclarecido, sendo concedida a liberdade de recusar ou retirar seu consentimento. A proteção desses indivíduos será repetida em sua autonomia e não maleficiência.
- Serão usados nome fictícios para os pesquisados para garantir o sigilo e a privacidade dos mesmos, com caráter confidencial.
- Não haverá qualquer ônus financeiro aos participantes voluntários desse projeto e não ocorrendo qualquer dano físico ou moral aos pesquisados, portanto, não havendo necessidade de indenização por parte da equipe científica e/ou da instituição responsável.

Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimento, o participante poderá contatar a (o) aluno (a) _____ do curso de Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, como matrícula _____, número do(s) telefone(s) _____. Ao final da pesquisa, se for necessário, terei livre acesso ao conteúdo do mesmo, podendo discutir os dados com o pesquisador, vale salientar que este documento será impresso em duas vias e uma delas ficará em minha posse. Dessa forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino este termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Pesquisador Responsável

Assinatura do Participante